Continuação... As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS RECEBER: O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 028/SESPA/2014 com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 26/05/2021. Em dezembro de 2020, o Hospital recebeu os valores relativos aos serviços prestados no próprio mês, não apresentando saldo a receber em 31/12/2020.

	2020	2019
Circulante		
Contrato de gestão número 028/2014 - SESP	-	2.339.695
	-	2.339.695
Não circulante		
Contrato de gestão número 028/2014 - SESP	6.542.519	6.542.519
	6.542.519	6.542.519

O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de exercícios anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

6. IMOBILIZADO: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

Valor líquido contábil	Apar. e Inst. Cirúrgicos 10%	Ap. Telef. e Equip. 10%	Máquinas e Equip. 10%	Veículos 20%	Móveis e Utensílios 10%	Equip. Informática 10%	Instalações 10%	Total
Em 31/12/2019								
Saldo inicial	1.837.312	185	92.483	3.692	194.929	50.650	14.067	2.193.318
Adições	2.680	-	7.258	-	8.412	359	-	18.709
Depreciação	(322.537)	(33)	(17.164)	(4.430)	(35.315)	(23.520)	(2.720)	(405.719)
Saldo Final	1.517.455	152	82.577	(738)	168.026	27.489	11.347	1.806.308
Em 31/12/2020								
Saldo inicial	1.517.455	152	82.577	(738)	168.026	27.489	11.347	1.806.308
Adições	-	-	76.000	-	721	-	-	76.721
Baixa	-	-	-	738	-	-	-	738
Depreciação	(322.770)	(33)	(22.925)	-	(35.998)	(23.552)	(2.721)	(407.261)
Saldo Final	1.194.685	119	135.652	-	132.749	3.937	8.626	1.475.768

7. INTANGÍVEL:

	Software 20%	Total
Em 31 de dezembro de 2019		
Saldo inicial	46.275	46.275
Adições	587	587
Amortização	(18.312)	(18.312)
Saldo final	28.550	28.550
Em 31 de dezembro de 2020		
Saldo inicial	28.550	28.550
Adições	-	-
Amortização	(14.108)	(14.108)
Saldo final	14.442	14.442

8. PARTES RELACIONADAS: Em 2020, o montante a receber de R\$ 790.825 (R\$ 584.798 em 2019), refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 173.964 (R\$ 222.240 em 2019), refere-se a contas a pagar para hospitais relacionadas sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão.

9. FORNECEDORES:

	2020	2019
Materiais e medicamentos	543.083	295.930
Serviços	355.542	319.930
Serviços médicos	967.961	1.035.638
	1.866.586	1.651.498

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

	2020	2019
Obrigações trabalhistas	740.012	716.449
Provisão férias	1.134.024	1.102.396
Provisões FGTS s/férias	90.514	88.012
	1.964.550	1.906.857

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

	2020	2019
INSS a recolher	77.193	77.022
FGTS a recolher	109.377	103.813
IRRF s/ folha a recolher	88.054	92.949
Contribuição Sindical a recolher	9.513	13.789
	284.137	287.573

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPOSITOS JUDICIAIS: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída de R\$115.000 para fazer face a processos trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	Possível	2020	2019
Cível		15.000	55.000
Trabalhista		65.189	23.224
		80.189	78.224

Em 2020, a Entidade possuía R\$ 33.291 (R\$ 29.507 em 2019) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento.

Marcelo Azevedo Costa Diretor Executivo - São Paulo, 11 de março de 2021. **Planners Auditores Independentes** Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 2.393 - 5º andar Jardim Paulista - CEP 01401-000, São Paulo, SP, Brasil. Esta carta de representações é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações contábeis individuais do **Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará (HRPLP)**, administrado pelo **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Nós reconhecemos que obter representações de nossa parte sobre as informações contidas nesta carta é um procedimento importante para permitir-lhes concluir sobre se as demonstrações contábeis individuais do **Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará**, estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para fins de identificação, as demonstrações contábeis individuais examinadas por V.Sas. apresentamos os seguintes valores básicos, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em Reais:

	2020	2019
Total do ativo	14.897.897	15.886.513
Total das exigibilidades	4.523.940	4.367.828

inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Aplicações financeiras 5.139.913 3.816.284
 Contas a receber 6.542.519 8.882.214
Total ativos financ. 11.682.432 12.698.498
 Fornecedores 1.866.586 1.651.498
Total passivos financ. 1.866.586 1.651.498

18. GESTÃO DE RISCO: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional** Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade. Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2020, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão. Em 2020, houve a descontinuidade de Hospitais de mesma gestão, onde houve a incorporação ao Patrimônio Social do montante de R\$ 19.315 referente aos valores rescisórios e encargos sociais de funcionários transferidos dessas unidades ao Hospital.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

	2020	2019
Serviços de gestão	(1.837.357)	(1.856.824)
Energia elétrica	(710.366)	(656.313)
Aluguel de máquinas	(454.659)	(577.105)
Viagens e hospedagens	(57.658)	(122.684)
Manutenção e conservação	(1.840)	(5.890)
Outros	(353.257)	(327.076)
	(3.415.137)	(3.545.892)

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2020	2019
Cota patronal	2.290.556	2.141.907
Terceiros	664.261	621.153
RAT/SAT	229.056	214.191
Total INSS	3.183.873	2.977.251
COFINS	1.133.041	1.133.041
Total	4.316.914	4.110.292

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2020, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos

inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Aplicações financeiras 5.139.913 3.816.284
 Contas a receber 6.542.519 8.882.214
Total ativos financ. 11.682.432 12.698.498
 Fornecedores 1.866.586 1.651.498
Total passivos financ. 1.866.586 1.651.498

18. GESTÃO DE RISCO: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional** Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade. Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2020, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) **Nova onda de infecções e Impactos da COVID-19 para 2021** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração acompanha o aumento das divulgações sobre contaminação, sobre elevação nos casos de mortes e nova implementação de restrições de circulação e atividades pelos Entes Governamentais, concluindo que os efeitos financeiros sobre estes impactos devem ser percebidos nas operações nos próximos meses, porém optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis. b) **Renovação do contrato de gestão:** O Contrato de gestão 028/2014, junto à SESP, teve sua vigência prorrogada em maio/2020, com novo vencimento para 21/05/2021 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual para maior período de gestão. A atual Administração, protocolará pedido de renovação junto à SESP. Diante da expectativa de que seja confirmada a renovação contratual, a Administração concluiu por não haver necessidade de reconhecer provisões para desmobilização e/ou contingências nessas demonstrações contábeis, bem como a manutenção da gestão das atividades do Hospital até a obtenção do retorno da SESP, com o intuito de evitar o colapso do sistema da região. Paragominas/PA, 11 de março de 2021.

inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2020	2019
Aplicações financeiras	5.139.913	3.816.284
Contas a receber	6.542.519	8.882.214
Total ativos financ.	11.682.432	12.698.498
Fornecedores	1.866.586	1.651.498
Total passivos financ.	1.866.586	1.651.498

18. GESTÃO DE RISCO: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de liquidez** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional** Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade. Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos do contrato de gestão por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2020, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES: a) **Nova onda de infecções e Impactos da COVID-19 para 2021** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração acompanha o aumento das divulgações sobre contaminação, sobre elevação nos casos de mortes e nova implementação de restrições de circulação e atividades pelos Entes Governamentais, concluindo que os efeitos financeiros sobre estes impactos devem ser percebidos nas operações nos próximos meses, porém optou por não realizar provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis. b) **Renovação do contrato de gestão:** O Contrato de gestão 028/2014, junto à SESP, teve sua vigência prorrogada em maio/2020, com novo vencimento para 21/05/2021 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual para maior período de gestão. A atual Administração, protocolará pedido de renovação junto à SESP. Diante da expectativa de que seja confirmada a renovação contratual, a Administração concluiu por não haver necessidade de reconhecer provisões para desmobilização e/ou contingências nessas demonstrações contábeis, bem como a manutenção da gestão das atividades do Hospital até a obtenção do retorno da SESP, com o intuito de evitar o colapso do sistema da região. Paragominas/PA, 11 de março de 2021.

Marcelo Azevedo Costa Diretor Executivo - São Paulo, 11 de março de 2021. **Planners Auditores Independentes** Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 2.393 - 5º andar Jardim Paulista - CEP 01401-000, São Paulo, SP, Brasil. Esta carta de representações é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações contábeis individuais do **Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará (HRPLP)**, administrado pelo **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Nós reconhecemos que obter representações de nossa parte sobre as informações contidas nesta carta é um procedimento importante para permitir-lhes concluir sobre se as demonstrações contábeis individuais do **Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará**, estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para fins de identificação, as demonstrações contábeis individuais examinadas por V.Sas. apresentamos os seguintes valores básicos, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em Reais:

	2020	2019
Total do ativo	14.897.897	15.886.513
Total das exigibilidades	4.523.940	4.367.828

Continua...